



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## ANÁLISE SOBRE GESTÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DA BAHIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elisamar Brito dos Santos\*  
(UESB)

Regina Menezes Alves\*\*  
(UESB)

Ubirajara Couto Lima\*\*\*  
(UESB)

### RESUMO

A Gestão Democrática é uma maneira de conduzir uma instituição de forma que possibilite a participação, transparência e democracia. A gestão escolar são os planos e atribuições da escola e o cumprimento das políticas educacionais. Através da análise de questões estruturais, físicas, econômicas das escolas, bem como a avaliação do Conselho de Alimentação (CA), Projeto Político Pedagógico (PPP), Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Conselho Escola (CE), Conselho Municipal de Educação (CME), observou-se o desenvolvimento da cidade. Este texto trata de um relato de experiência de um trabalho que envolveu ensino e pesquisa na disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação Básica II e que culminou com uma aula de campo realizada no município de Planaltino, a fim de conhecer o processo de gestão educacional desenvolvido nesta cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão democrática. Políticas educacionais. Conselhos de educação.

---

\* UESB, Campus de Jequié, graduanda em Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Educacionais - GEPPE. E-mail: britoliu@hotmail.com.

\*\* UESB, Campus de Jequié, graduanda em Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Educacionais - GEPPE. E-mail: reginamenezes2@hotmail.com.

\*\*\* Orientador. Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié; membro-pesquisador do Grupo de Pesquisa Museu Pedagógico: Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes - GEILC; coordenador do Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional - GEPGE; e coordenador da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional. E-mail: bira.lima@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata sobre uma pesquisa de campo realizado na cidade de Planaltino, com o intuito de analisar as questões estruturais, físicas, econômicas e principalmente como ocorre o Conselho de Alimentação (CA), Projeto Político Pedagógico (PPP), Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Conselho Escola (CE), Conselho Municipal de Educação (CME), da cidade selecionada.

Esse trabalho foi realizado na cidade de Planaltino-BA., localizado especificamente no centro-sul baiano. Sua população estimada em 2010 era de 8.822 habitantes. Ela faz parte na microrregião de Jequié e fica a 320km de distância da capital.

Fomos divididos em Gts para estudarmos os temas. Na aula de campo os Gts se dividiram na visita as escolas para que todos os grupos tivessem como analisar os temas estudados, e assim poder interagir com todo o corpo da educação de Planaltino. Nosso tema foi Projeto Político-Pedagógico que é o plano global da instituição.

Foram visitadas três escolas de perfis diferentes e mais a secretaria de educação onde foi realizada a reunião com os conselhos para analisar a realização do trabalho educacional existente na cidade.

Na primeira escola visitada foi o colégio que tem 550 alunos divididos em três turnos, do 6º ao 9º ano e o EJA dividido em eixos do 1ª ao 8ª, sendo o maior colégio da rede municipal da cidade. Acontece ainda nos turnos oposto aulas de reforços e aulas especializadas para crianças com necessidades especiais.

A instituição tem 45 funcionários sendo que destes 21 são professores. Tem uma estrutura grande onde existem 10 salas de aula e funciona 8 destas, nos três turnos. Ainda tem uma grande área, uma quadra em construção, uma cantina, uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

biblioteca municipal, uma sala especializada, uma sala para realização de projetos, sala de informática, secretaria, sala dos professores e oito banheiros.

Existe uma preparação para merenda escola que acontece dentro da própria escola, seguindo um cardápio diário elaborado por um nutricionista da secretaria de educação. Os alunos tem uma ótima aceitação da mesma.

A escola tem uma ótima estrutura física, onde os alunos com necessidades especiais têm todo o suporte tendo uma aula na sala regular por um turno e aula especializada no outro turno em uma sala totalmente adaptada para a recepção dos mesmos.

Estas crianças ainda participam de diversos projetos entre “A Vida tem a cor que se pinta”, e para todos os alunos ainda tem projetos como “Craques da cidadania” que é um projeto onde as crianças têm a possibilidade de participar de aulas de percussão, flauta, caráter, capoeira e dança sendo que existem alunos que praticam mais de uma modalidade; “Horta Escola”, é realizado na escola para que os alunos estejam em contato com a natureza, “sexualidade”este projeto tem o objetivo de orientar e sensibilizar os adolescentes nas questões associadas a sexualidades através do respeito à liberdade de escolha de forma consciente, visando planejamento de uma vida sexual saudável, com respeito ao próprio corpo e o dos outros; “A cidadania está fazendo chamada: resposta presente” este discute direitos e deveres, o cultivo à política do respeito ao próximo, as diferenças e a diversidade como um requisito indispensável para o exercício da cidadania.A escola ainda abre espaço para a comunidade, naparceria com assistência social e realiza um projeto por titulo “Tempo de aprender”, onde as pessoas da terceira idade são alfabetizadas e participam de atividades como música e fisioterapia.

Na segunda escola observada há um total de 247alunos, sendo que, destes uma parcela é do campo, contudo há transporte para o mesmo, e também para aquelas crianças que moram distante. Não há crianças com laudo de especiais na instituição.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Há 16 professores na escola, destes 13 graduados os demais em formação (contratados e efetivos) e 12 funcionários de apoio (serviços gerais, merendeira e auxiliar, porteiro, secretária, entre outros).

Horário de intervalo é alternado, cada turma tem seu momento, porém 2 dias na semana acontece um intervalo com outras classes, momento de socialização. Enquanto as séries é dividida em grupo 4 e 5 (crianças de 4 e 5 anos), 1º ano (crianças de 6 anos) e 2º ano (crianças de 7 anos), isso em 6 salas de aula, com boas estruturas e bem organizadas, no turno matutino e vespertino.

Existe um colegiado na escola que reuni os professores e funcionários e os dividem em representantes de pais, professores e funcionários. Quando há reunião de pais (acontecem bimestralmente, por turma), aqueles que não comparecem ao colegiado faz um atendimento a domicílio, de todos os pais, apenas 19 não participam das reuniões. A escola busca ao máximo uma parceria com os pais, para assim, desenvolver um plano de ação mais eficaz.

O trabalho realizado pela escola é bem transparente, todo recurso recebido pela escola do governo é exposto no mural da escola.

Quanto à valorização dos educadores não docentes, não há cursos de formação, existe para as merendeiras cursos promovidos pela Secretária da Educação. Contudo, estes profissionais se integram com o todo da escola, participam de todos os processos realizados.

E a terceira Escola é uma instituição de médio porte. Sendo que, a mesma era Estadual e em 2001 passou a ser Municipalizada.

A escola obtém o colegiado escolar, que é um grupo constituído de representantes das diversos segmentos da comunidade, ou seja, pais, alunos, professores e demais servidores destinados a participar. Tendo assim, uma democratização das decisões escolares, promovendo um espaço de participação efetiva da comunidade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O ensino-aprendizagem da escola está voltado para as reuniões sobre sugestões das atividades com participação da comunidade e dos pais. Para isso, dá credibilidade aos pais para que pais tenham interesse na efetiva participação escolar, abre espaço para emissão de opiniões para a melhoria da escola, mostrando para os pais a importância da participação do conselho de pais e conseqüentemente na educação dos filhos.

A instituição tem quatro professores, uma diretora, uma coordenadora, vice do conselho, duas merendeiras, um porteiro, uma secretária, um nutricionista e três que trabalham com serviços gerais. E esses funcionários, em geral, têm capacitação.

A escola possui biblioteca, diretoria, laboratório de informática, tem três salas de aula, e uma de apoio para as reuniões do conselho/colegiado. As salas são arejadas, com mesas e cadeiras novas e bem caracterizadas. Uma sala está disponibilizada para as aulas do 3º ano do fundamental de 9 anos, e as outras duas para o 3º e 4º série do fundamental de 8 anos.

O conselho escolar é um órgão colegiado de natureza coletiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas de diretrizes educacionais da secretaria do Estado da Educação, a Constituição Federal, a constituição Estadual, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, O projeto Político-Pedagógico e o Regime Escolar. Sendo sua principal função o monitoramento de dirigente escolares, assegurando a qualidade de ensino, podendo estabelecer metas, planos educacionais, o calendário escolar e aprovar o Projeto Político- Pedagógico da escola.

Com base nesta definição constatamos através das observações e entrevistas que a construção do conselho escolar (CE) é feito com toda comunidade escolar, a partir da eleição. A Direção da escola é feita através de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

nomeação política. Não há números em relação à evasão escolar, existem apenas alunos faltosos, porém a escola vai à procura desses alunos. Relacionado à merenda escolar e recurso didático são bem utilizados, a merenda mais de 30% é repassado para os agricultores. Todo planejamento e tudo que for desenvolvido na escola é feito e acompanhado por toda comunidade escolar. Ainda foi expressa a tamanha satisfação e o comprometimento que a Secretária de Educação possui isso faz com que as coisas andem bem. Quando acontecem casos de crianças que mudam de comportamento bruscamente, a escola busca fazer visitas para conhecer a realidade, e depois tomar as decisões cabíveis. A instituição conta com projeto de leitura, artes, valores (trabalhando sobre preconceito), dentre outros, pois cada unidade acontece um projeto diferente. Pode ser notado a presença e a utilização do PPP (Projeto político Pedagógico) na escola visitada, visto que foi construído de forma coletiva por toda a comunidade escolar.

Fizemos uma entrevista à diretora do Colégio, uma professora licenciada em letras e pós- graduada em linguística e literatura. Ela nos esclareceu sobre o funcionamento do PPP(Projeto político-pedagógico) na escola.

Para entendermos como se era utilizado o PPP estudamos o que seria este, Para Vasconcellos (1995), sintetiza bem o que se pode compreender por Projeto Político-Pedagógico:

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

A valorização do magistério é um princípio central na discussão do PPP, “na escola há 21 professores no total, eles são incentivados a estudarem sempre e já temos o plano de carreira também, entendemos que esta é uma forma de está se valorizando o professor.” diz a diretora.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Um projeto político-pedagógico deve ser elaborado democraticamente visando o pleno desenvolvimento de seus alunos, para que no futuro possam exercer de forma consciente a cidadania e terem pleno conhecimento de seu real papel na sociedade. Por isso o PPP já existe a um bom tempo na escola, e mesmo a gestão democrática deixando um pouco a desejar.

O PPP é pensado de forma coletiva, onde são reunidos os líderes de cada grupo dentro da comunidade e da escola. Considerando a participação dos pais ainda um pouco tímida, nas reuniões é evitado qualquer tipo de comentário de eventuais problemas com os filhos. As reuniões acontecem sempre ao final de cada unidade, para discussão de tudo que ocorreu durante o período anterior, para atualização do PPP e modificações necessárias para a melhoria das funções para o ano letivo vindouro.

O currículo é assim com define Ilma Passos Veiga(1995):

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 1995, p.7)

Já na questão do currículo para auxiliar no alcance aos objetivos de PPP, considerando que o currículo tem um papel muito importante dentro de uma instituição escolar, com essa proposta democrática de trazer ao aluno algo útil, necessário, é incluso no município até a 8ª série a disciplina de agricultura por ser uma das fontes de renda da região e a partir do 1º ano inclui-se aulas de informática.

Assim, a escola tem procurado alcançar os objetivos baseando-se com as ideias já implantadas no PPP, buscando realizar melhorias no nível de leitura dos



ISSN: 2175-5493

## X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

alunos, sendo a mais importante meta a ser alcançada pelo o Projeto político-pedagógico.

O Conselho Municipal de Educação é composto por 22 membros, onde podemos conversar com o representante de cada setor. A reunião começou pela criação da lei que criou o conselho no município de Planaltino que foi no ano 1996, porém ele passou por uma reestruturação em 14 de Novembro de 2009. Segundo o Ministério da Educação:

O Conselho Municipal de Educação foi criado através da Lei Nº 578 de 03 de julho de 1997, revogada pela Lei Nº 2.140 /09, teve seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto Nº1480/ L.O., de 25 de agosto de 1998.É um órgão normativo, consultivo e deliberativo tem por finalidade orientar, estabelecer normas e assessorar o Governo Municipal na definição da Política Educacional, na área de sua atuação, adequando às diretrizes e bases da Educação Nacional e Estadual às necessidades do Município.Os sistemas municipais de ensino compreendem as instituições de Educação Infantil, Creche, Ensino Fundamental e Médio mantidos pelo Poder Público Municipal, as Instituições de Educação Infantil e Creche, criadas e mantidas pela Iniciativa Privada.

As funções do Conselho no município: Normativa, Consultiva, Deliberativa, Avaliativa e Fiscalizadora.

Irregularidades notadas pelos membros do Conselho na educação de Planaltino: Atualmente, tudo corre bem. Porém, nas gestões anteriores o Conselho não funcionava, a gestão da Secretária de Educação na época não permitia a atuação do mesmo. Então haviam alunos que eram matriculados sem comprovar as notas anteriores, quando se criava o conselho, não sabiam se quer quem estava fazendo parte, entre outras situações.

Hoje a participação do Conselho Mun. De Educação é por votação, há reuniões mensais, e já começa a se desenvolver uma gestão democrática agora da atual gestão da Secretaria de Educação. A partir dessa nova gestão o Conselho



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

notou certos avanços como: graduação dos professores (cerca de 55 professores estão se graduando), alcançou uma melhor nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), mais recursos didáticos, melhor estrutura das escolas, plano de carreira dos professores, oportunidades de serem mais ouvidos, entre outros.

Quando se diz a respeito das limitações e dificuldades para uma maior participação dos membros no Conselho, o que apenas relatado é o tempo, pois a maioria dos profissionais trabalha uma carga horária de 40h semanais.

No momento em que se pergunta sobre as ações realizadas no município em relação à educação para crianças especiais, o Conselho se posiciona dizendo que há uma incidência de crianças especiais na cidade, porém alguns pais não reconhecem e escondem os filhos da escola, por medo de perder o benefício ou proteção, dificultando um pouco o trabalho a ser desenvolvido. Mas aqueles que estão na escola, são bem assistidos, mesmo com a carência de professores com formação destinada a educação dessas crianças e a falta de alguns recursos específicos.

Falando sobre o Plano Municipal de Educação, os membros do Conselho relatam que existiu sim no município, entretanto, está em andamento.

Ao falar de perspectivas futuras, o Conselho expõe que, está buscando oferecer um ensino médio direcionado os alunos para a carreira acadêmica e também a criação de projetos para assistir melhor os jovens nas horas pós-escola, como exemplo, a dança, que vai atrair as meninas e a partir desse contexto criar oportunidades para que haja uma conscientização ou um direcionamento sexual necessário para a vida delas.

Contra a evasão escolar o Conselho expõe alguns projetos de integração e socialização, como é o caso dos “Craques da Cidadania” que envolve esporte, dança, músicas instrumentos musicais, e demais. Tudo isso, e mais a parceria com o Conselho Tutelar do município.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A reunião do FUNDEB e do CAE aconteceram simultaneamente, na secretaria de educação, com a realização de uma mesa temática. Para a melhor entendimento do que era o FUNDEB definíamos segundo o ministério da educação. Segundo o Ministério da Educação:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Começaram-se discutindo sobre o FUNDEB, que a partir da lei que entrou em vigor em 2009 é que as pessoas da comunidade tiveram o direito de participar deste conselho. Para a preparação das pessoas que participam deste conselho foi realizado um curso de capacitação ministrado pelo professor Ubirajara Couto Lima, conseguindo manter um bom contato com o sistema público. Este grupo é composto por 20 membros sendo 10 oficiais e 10 suplentes. Sendo que para esta reunião tinha 8 representantes.

Para se discutir os assuntos pertinentes a este grupo acontece reuniões bimestralmente e quando se faz necessário são realizadas reuniões extraordinárias para a resolução de algum problema. Simultaneamente, acontecia a reunião sobre o CAE, o conselho de alimentação escolar, fundado em 31 de outubro de 2001 sancionado pela lei 015. As reuniões deste grupo acontece mensalmente, composta



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

por pais, alunos, professores e sociedade civil. Segundo a Constituição federal do Brasil de 1988.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) existe desde 2000 para fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar e garantir as boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino. Instituído por medida provisória, posteriormente ele passou a ser previsto pela lei nº 11.947/2009, que regulamenta a Alimentação Escolar. Sua criação está relacionada à descentralização dos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Ministério de Educação (MEC), que passaram a ser feitos diretamente aos municípios e estados sem a necessidade da realização de convênios e acordos similares, visando dar maior agilidade ao processo. (BRASIL 1988)

Eles explicam que a falta de conhecimento teórico dos membros é a causa da grande dificuldade, para se solucionar a este problema são feitos cursos de capacitação para seus membros.

Foram questionados sobre os principais problemas enfrentados pelo grupo, eles falam que existia, mas problemas quando os alimentos eram industrializados, pois havia uma rejeição muito grande por parte dos alunos, só que hoje este problema já foi solucionado.

Um outro grande problema enfrentados por eles é a falta de espaço ou melhor de infra-estrutura nas cozinhas das escolas, pois todas elas recebem frizer, geladeira, fogões mas o espaço para instalação desses aparelhos é a grande dificuldade. Assim os alimentos é preparado na própria escola, seguindo um cardápio que vem do CAE feito por um nutricionista.

Eles ainda explicam que não existe diferença entre a alimentação da zona urbana com a da zona rural, sendo como exceção a escola de tempo integral da zona rural, pois disponibiliza para os alunos as três refeições em vez de uma, outra exceção é a alimentação da creche, pois é especializada para os alunos desta idade.

Só a partir deste ano é que se foi implantado o nutricionista para acompanhamento da alimentação escolar e para se fazer o cardápio, este



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

contratado pela prefeitura. Assim com essa ajuda profissional ficou mais fácil para o acompanhamento dos alunos que necessitam de uma alimentação especializada.

Outro ponto de fundamental importância discutido em reunião foi sobre a agricultura familiar que começou a ser implantado ano passado, hoje nas escolas o horti-fruti e mantido pelos 30% destinado a agricultura familiar.

## CONCLUSÕES

Sendo assim esse trabalho foi para todos de grande relevância, pois nos proporcionou uma participação mais direta com tudo antes estudado teoricamente, trazendo uma rica bagagem sobre a vivência escolar, sobre as reais possibilidades de por em prática projetos de raízes democráticas e foi através dele que podemos acompanhar o desenvolvimento de uma gestão democrática, aplicada com eficiência.

Depois de vários momentos de teorias vivenciar na prática como os processos educativos acontece foi de grande valor, pois percebemos que ainda é possível gerir uma educação de qualidade tomando como exemplo este município para uma melhor qualidade da educação no Brasil, por se ter índices tão precários no país.

Tivemos a oportunidade de conhecer uma cidade que não precisou ser grande nem famosa para se conscientizar da necessidade de se ter uma boa educação e abrir suas portas para um mundo, uma comunidade que necessita de conhecimento, e assim ambos trocam experiências e sabedorias diversas, enriquecendo e transformando o cotidiano de cada um.

São iniciativas válidas e que devem servir de exemplo para muitas outras cidades dentro do nosso país mostrando que é possível se ter boa educação em colégios públicos, como na cidade de Planaltino que nos deixa muito evidente isso.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## REFERENCIAS

**BRASIL.** Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

**BRASIL.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. **Planejamento de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico.** SP: Libertad Editora, 2006.

VEIGA. Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico da escola uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.